do-se a sua utilização pelo Regulamento existente para aquelas instalações.

2 — Os pedidos de utilização destas instalações deverão ser solicitadas conforme o Regulamento supracitado.

3 — Os utilizadores terão à sua disposição os balneários do Pavilhão Gimnodesportivo.

4 — O acesso deverá ser efectuado através da solicitação da chave ao funcionário do Pavilhão Gimnodesportivo, obedecendo esta utilização a uma necessária planificação.

5 — As taxas a pagar serão equivalentes ao ginásio do Pavilhão Gimnodesportivo.

CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

Aviso n.º 3082/2006 — AP

Plano de Pormenor do Núcleo Urbano n.º 2 da Torreira

Joaquim Manuel dos Santos Baptista, vice-presidente da Câmara Municipal da Murtosa, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal da Murtosa deliberou, por unanimidade, em sua reunião ordinária de 11 de Julho de 2006, o seguinte:

Considerando que o Plano Director Municipal da Murtosa, no âmbito da sua estratégia de estruturação territorial, propõe para o núcleo urbano n.º 2 (identificado na respectiva planta de ordenamento) a elaboração de um plano de urbanização ou de pormenor para o mesmo;

Considerando que o núcleo em causa tem sido objecto de pretensões de edificabilidade, que carecem de ser enquadradas no âmbito de um instrumento de gestão territorial que pormenorize essa ocupação;

E considerando que a falta desse enquadramento poderá pôr em causa o correcto desenvolvimento urbanístico do local:

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, determinar que se dê início aos procedimentos para a elaboração de um plano de pormenor para o respectivo núcleo, que se espera vir a concluir no prazo de 12 meses.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 74.º e 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determina-se a publicação da presente deliberação por forma a permitir aos interessados a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração. Essas participações poderão ser apresentadas, durante um período que se fixa de 30 dias a contar da data da publicação da deliberação na 2.ª série do *Diário da República*. As participações serão dirigidas ao presidente da Câmara Municipal e devem ser apresentadas por escrito nos serviços administrativos ou remetidas por carta registada, durante o período acima referido.

13 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Joaquim Baptista*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Rectificação n.º 180/2006 — AP

Regulamento e tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais do município de Oliveira de Azeméis

Ápio Cláudio do Carmo Assunção, presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, torna público que o anexo ao regulamento referido em epígrafe, publicado no apêndice n.º 65 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 27 de Julho de 2006, através do edital n.º 354/2006 — AP, saiu com inexactidão. Assim, na secção I, «Publicidade», do capítulo V, «Publicidade e ocupação da via pública», do referido anexo, «Tabela de taxas e outras receitas municipais», onde se lê:

«Balões, insufláveis e semelhantes:
[...]
Acréscimo por mês — € 10»

deve ler-se:

«Balões, insufláveis e semelhantes:
[...]
Acréscimo por mês — € 1»

Assim, considera-se efectuada a correcção ao edital atrás referido, produzindo os seus efeitos na data do mesmo.

28 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Rectificação n.º 181/2006 — AP

Para os devidos efeitos legais se declara que a actualização da tabela de taxas e outras receitas municipais em vigor, publicada através do aviso n.º 1412/2006 (2.ª série) — AP no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, apêndice n.º 49, de 30 de Maio de 2006, saiu com uma incorrecção no artigo 44.º-B, no que diz respeito à indicação do valor devido pela repetição da vistoria para verificação das condições impostas nas instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis com capacidade total igual ou superior a 5000 m³, pelo que onde se lê «€ 1500» deve ler-se «€ 1000».

25 de Julho de 2006. — O Director, *José Branco*.

CÂMARA MUNICIPAL DE PROENÇA-A-NOVA

Aviso n.º 3083/2006 — AP

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º e da alínea b) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, torna-se público que no seguimento da deliberação da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, na reunião pública do dia 18 de Julho de 2006, foi determinado dar início à revisão do Plano Director Municipal de Proença-a-Nova.

No âmbito das disposições legais citadas e no prazo de 30 dias úteis a contar do próximo dia 1 de Setembro, encontra-se aberto um período para formulação de sugestões, bem como para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

25 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Marçal Lopes Catarino*.

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

Edital n.º 387/2006 — AP

José Ismael Fernandes, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, torna público que, em reunião ordinária de 18 de Maio de 2006, o órgão executivo desta autarquia deliberou aprovar o projecto de regulamento sobre toponímia e numeração de polícia, de modo que durante 30 dias após a data da publicação no *Diário da República*, 2.ª série, seja submetido à apreciação pública para recolha de sugestões, em conformidade com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Durante esse período poderão os interessados consultar o projecto de regulamento sobre toponímia e numeração de polícia no edifício dos Paços do Concelho, sito à Rua do Visconde, 56, 9350-213 Ribeira Brava, e sobre ele formular, por escrito, as sugestões que entendam, que deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, a entregar na Secretaria ou a enviar, por carta registada com aviso de recepção, para aquela morada.

Para constar, publica-se o presente aviso, que será afixado nos lugares de estilo.

A presente proposta deverá ser sujeita a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Projecto de regulamento municipal de toponímia e numeração policial do concelho da Ribeira Brava

Preâmbulo

Definindo-se etimologicamente como o estudo histórico ou linguístico da origem dos nomes próprios dos lugares, a toponímia, para além do seu significado e da sua importância como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização de imóveis urbanos e rústicos, é também, enquanto área de intervenção tradicional do poder local, reveladora da forma como o município encara o património cultural.